

Fazenda Brasil Verde - Nota 240

Jue 13/07/2023 23:42

Prezado Dr. Saavedra,

O Centro pela Justiça e o Direito Internacional e a Comissão Pastoral da Terra vêm, respeitosamente, em resposta à nota CDH-4-2015/240 desta Corte, apresentar, em anexo, observações ao último relatório de cumprimento do Estado no presente caso e dois anexos.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

The attachment named [redacted] could not be scanned for viruses because it is a password protected file.



Rio de Janeiro e Xinguara, 13 de julho de 2023

Dr. Pablo Saavedra Alessandri
Secretário Executivo
Corte Interamericana de Direitos Humanos

Ref.: CDH-4-2015/240
Supervisão de cumprimento de sentença
Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil

Estimado Dr. Saavedra,

O Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (doravante "representantes"), vêm, respeitosamente, em atenção à nota da Secretaria da Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante "Corte", "Corte IDH" ou "Alto Tribunal") Ref. CDH-4-2015/240, recebida em 14 de junho de 2023, apresentar suas observações ao último relatório do Estado brasileiro acerca do cumprimento da sentença do Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, recebido pela Secretaria desta Honrável Corte em 30 de maio de 2023.

Em 20 de outubro de 2016, esta Honrável Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu a sentença do Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil¹, na qual condenou o Estado brasileiro pela falha no dever de prevenir e erradicar as práticas de trabalho escravo no caso dos trabalhadores resgatados na Fazenda Brasil Verde nas fiscalizações realizadas nos anos de 1997 e 2000. Diante disso, foram emitidas medidas de reparação, cujo estado atual de cumprimento será descrito a seguir.

¹ Corte IDH. Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 20 de outubro de 2020. Série C No 318.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

II. A imprescritibilidade do delito de escravidão e suas formas análogas

Esta Honorável Corte, na sentença do Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil, dispôs no Ponto Resolutivo 11 que:



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

O Estado deve, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente Sentença, **adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de Direito Internacional de escravidão e suas formas análogas**, no sentido disposto nos parágrafos 454 e 455 da presente Sentença⁵. (grifo nosso)

Assim, esta Corte IDH compreendeu a aplicação do instituto da prescrição para o delito de escravidão e suas formas análogas como uma forma de perpetuação da impunidade em relação a estes crimes, o que constitui ofensa aos direitos consagrados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante "CADH"). Logo, o Estado teria o dever de adotar as medidas necessárias para tornar imprescritível tal delito, tendo em vista que a escravidão representa uma grave violação de direitos humanos, além de sua proibição possuir caráter *jus cogens* no Direito Internacional⁶.

O Estado brasileiro reiterou em seu último relatório iniciativas que, em sua visão vão ao encontro com as determinações da Corte: os Projetos de Lei nº 301/2017 e nº 4038/2008, além da Proposta de Emenda à Constituição (doravante "PEC") No. 14, de 2017⁷.

Em relação à PEC no 14, o próprio Estado ressalta que atualmente ela se encontra arquivada, de modo que não pode ser considerada como um avanço no cumprimento deste ponto resolutivo.

Em relação ao Projeto de Lei (doravante "PL") nº 301/2007 e ao PL nº 4038/2008, que atualmente tramitam em conjunto na Câmara dos Deputados, as petionárias reiteram sua posição já apresentada em relatórios anteriores de que estes não são suficientes para promover o cumprimento deste ponto resolutivo.

O PL nº 301/2007 tem como objetivo definir as condutas que constituem crimes de violação do Direito Internacional Humanitário e estabelecer normas de cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional (doravante TPI)⁸. Já o PL nº 4038/2008, que versava sobre matéria similar, foi apensado ao PL 301/2017 em 30 de setembro de 2008, por decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados⁹.

A respeito do PL 301/2007, é preciso ressaltar que o texto pretende tipificar internamente os crimes internacionais estabelecidos pelo Estatuto de Roma, tratado

⁵ Corte IDH. *Caso Fazenda Trabalhadores Brasil Verde Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 20 de outubro de 2016. Série C No 318. Ponto Resolutivo 11.

⁶ Corte IDH. *Caso Fazenda Trabalhadores Brasil Verde Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 20 de outubro de 2016. Serie C No 318. Pars. 454-455.

⁷ Estado brasileiro. Relatório de Cumprimento de Sentença. *Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil*. 30 de maio de 2023. Pars. 35-39.

⁸ Câmara dos Deputados. Projeto de Lei No. 301. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=343615>, último acesso em 13 de julho de 2023.

⁹ Câmara dos Deputados. Projeto de Lei No. 4038. 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=410747>, último acesso em 13 de julho de 2023.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

ratificado pelo Brasil em 25 de setembro de 2002, que instituiu o TPI e definiu os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra¹⁰. Sendo assim, em referência ao art. 7 do Estatuto de Roma, que prevê a escravidão como tipo de crime contra a humanidade¹¹, o PL 301/2007 dispõe em seu artigo 11 que:

Crimes contra a humanidade

Art. 11 Quem, no quadro de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, praticar:

[...]

b) escravidão, nos termos do artigo 149 do Código Penal Brasileiro.¹²

O PL 301/2007 prevê, ainda, em seu art. 9º, que “o procedimento criminal e as penas impostas pelos crimes previstos nesta lei são imprescritíveis”¹³, internalizando o art. 29 do Estatuto de Roma, que dispõe que “os crimes da competência do TPI não prescrevem”¹⁴.

Contudo, como fica evidente no artigo 11, acima citado, o delito de escravidão ao qual se refere o PL é aquele caracterizado como crime contra a humanidade nos termos do Estatuto de Roma, ou seja, aquele cometido em contexto de ataque sistemático ou generalizado.

É preciso destacar que o delito de escravidão não necessariamente ocorre em meio a um ataque sistemático ou generalizado. Esse não foi o caso, inclusive, do delito de escravidão ocorrido no presente caso. A imprescritibilidade prevista no PL 301/2007, portanto, excluiria os casos de exploração de trabalho escravo que se enquadram no art. 149 do Código Penal brasileiro, mas que não constituem crimes contra a humanidade.

Segundo o conceito de escravidão adotado por esta Honorável Corte, disposto na sentença do Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, existem dois elementos fundamentais para verificar o trabalho escravo:

[...] a Corte considera que os dois elementos fundamentais para definir uma situação

¹⁰ Presidência da República Decreto No. 4.388. 25 de setembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm, último acesso em 13 de julho de 2023.

¹¹ Estatuto de Roma. 17 de julho de 1998. “Artigo 7º. Crimes contra a Humanidade 1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “crime contra a humanidade”, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: [...] c) Escravidão; [...] 2. Para efeitos do parágrafo 1º: [...] c) Por “escravidão” entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças;[...]”.

¹² Câmara dos Deputados. Projeto de Lei No. 301. 2007. Art. 11. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=439581&filename=PL+301/2007, último acesso em 13 de julho de 2023.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Estatuto de Roma. 17 de julho de 1998. Artigo 29. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm, último acesso em 13 de julho de 2023.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

como escravidão são: i) o estado ou condição de um indivíduo e ii) o exercício de algum dos atributos do direito de propriedade, isto é, que o escravizador exerça poder ou controle sobre a pessoa escravizada ao ponto de anular a personalidade da vítima¹⁵.

Logo, percebe-se que o texto atual do PL 301/2007 não atende ao Ponto Resolutivo 11 da referida sentença. O Estado brasileiro deve garantir a imprescritibilidade para o delito de escravidão que está previsto no art. 149 do Código Penal brasileiro e que consiste em grave violação de direitos humanos¹⁶, independentemente de seu enquadramento como crime contra a humanidade, a fim de cumprir com o ponto resolutivo do presente caso.

Além disso, as representantes entendem que merece atenção o fato de que o PL 301/2007 prevê em seu art. 7º, com alterações de emendas substitutivas ao texto original, que:

Art. 7º. Os crimes previstos nesta lei atentam contra interesses da União, sendo da competência da Justiça Federal ou da Justiça Militar da União, quando for o caso.

Parágrafo único. Serão da competência da Justiça Militar da União quando se enquadrarem nas situações previstas no art. 9º ou 10º do Decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.

De acordo com o Código Penal Militar, são considerados crimes militares em tempos de paz os crimes previstos no mencionado Código, assim como na legislação penal brasileira, quando praticado por militar¹⁷. Assim, os crimes previstos no PL 301/2007, quais sejam, os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, quando cometidos por agentes militares, seriam da competência da Justiça Militar.

Contudo, existe jurisprudência consolidada por esta Honorable Corte em relação à ausência de competência da justiça militar para julgamento de violações de direitos humanos em prejuízo de civis:

La Corte recuerda que su jurisprudencia relativa a los límites de la competencia de la jurisdicción militar para conocer hechos que constituyen violaciones a derechos humanos ha sido constante, en el sentido de afirmar que **en un Estado democrático de derecho, la jurisdicción penal militar ha de tener un alcance restrictivo y excepcional y estar encaminada a la protección de intereses jurídicos especiales, vinculados a las funciones propias de las fuerzas militares**. Por ello, la Corte ha señalado que **en el fuero militar sólo se debe juzgar a militares activos por la comisión de delitos o faltas que por su**

¹⁵ Corte IDH. *Caso Fazenda Trabalhadores Brasil Verde Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 20 de outubro de 2016. Série C No 318. Par. 269.

¹⁶ Corte IDH. *Caso Fazenda Trabalhadores Brasil Verde Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 20 de outubro de 2016. Série C No 318. Pars. 413 e 454.

¹⁷ Presidência da República Decreto-lei No. 1001 - Código Penal Militar. 21 de outubro de 1969. Art. 9, II, a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.html, último acesso em 13 de julho de 2023.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

propia naturaleza atenten contra bienes jurídicos propios del orden militar.

Asimismo, tomando en cuenta la naturaleza del crimen y el bien jurídico lesionado, la jurisdicción penal militar no es el fuero competente para investigar y, en su caso, juzgar y sancionar a los autores de violaciones de derechos humanos sino que el procesamiento de los responsables corresponde siempre a la justicia ordinaria o común. En tal sentido, la Corte ha indicado que “[c]uando la justicia militar asume competencia sobre un asunto que debe conocer la justicia ordinaria, se ve afectado el derecho al juez natural y, a fortiori, el debido proceso, el cual, a su vez, se encuentra íntimamente ligado al propio derecho de acceso a la justicia. El juez encargado del conocimiento de una causa debe ser competente, además de independiente e imparcial. En tal sentido, las víctimas de violaciones a derechos humanos y sus familiares tienen derecho a que tales violaciones sean conocidas y resueltas por un tribunal competente, de conformidad con el debido proceso y el acceso a la justicia¹⁸. (grifos nossos)

Nesse sentido, a competência da justiça militar para julgar os crimes previstos no PL 301/2007, quando cometidos por agentes militares, significa que graves violações de direitos humanos e crimes previstos no Estatuto de Roma, poderiam ser julgados pela jurisdição militar, o que vai de encontro aos parâmetros estabelecidos por esta Corte.

Finalmente, ainda, ressalta-se que o PL 301/2007 já tramita há mais de 16 anos na Câmara dos Deputados sem ter sido votado pelos parlamentares. Apesar de já possuir pareceres aprovados pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (ainda no ano de 2007), Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (também no ano de 2007) e Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (no ano de 2009), e de haver requerimento de urgência em sua tramitação, aprovado em 20 de março de 2012, não houve votação pelo plenário da Casa Legislativa¹⁹. O Estado brasileiro, desta forma, não atua de maneira efetiva e célere para avançar sobre esta matéria.

As petionárias consideram digno de nota, ainda, destacar que a atual jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros (Superior Tribunal de Justiça²⁰ e Supremo Tribunal Federal, doravante "STJ" e "STF") inspira preocupação, na medida em que não há um entendimento consolidado em nenhum dos dois tribunais sobre a imprescritibilidade de graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade.

¹⁸ Corte IDH. *Caso Cruz Sánchez y otros Vs. Perú*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 17 de abril de 2015. Pars. 397-398.

¹⁹ Câmara dos Deputados. Projeto de Lei No. 301. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=343615>, último acesso em 13 de julho de 2023.

²⁰ STJ, Terceira Seção, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, Incidente de Deslocamento de Competência 21/RJ, DJ 31.08.2021; STJ, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, RHC 57799/RJ, DJ 19.12.2019.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Em sentido contrário, o STF já decidiu, na Extradução 1362/3017, que as normas de direito internacional que preveem a imprescritibilidade de crimes contra a humanidade não se aplicam ao Brasil²¹.

Mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal, adotou decisão no Recurso Extraordinário 600.851/2020, que pode trazer impactos negativos para o cumprimento do presente ponto resolutivo. O Recurso foi julgado em sede de Repercussão Geral, ou seja, sua decisão produz efeitos para além do caso concreto. Nela, o STF adotou entendimento no sentido de que “a prescritibilidade das pretensões penais [...] decorre do texto constitucional” e “com exceção das hipóteses expressamente autorizadas pela Constituição Federal, o legislador ordinário não pode criar outros tipos penais imprescritíveis”²². Embora o caso concreto não se refira diretamente a graves violações de direitos humanos, a forma como a decisão foi redigida, sem menções ao posicionamento desta Honorable Corte sobre o tema²³, pode dar origem a interpretações que perpetuem a impunidade em casos de graves violações de direitos humanos.

É fundamental destacar que não há na Constituição Federal dispositivo que estabeleça a prescrição como uma regra para todos os tipos de delito. Os incisos XLII e XLIV do artigo 5º da Constituição estabelecem a imprescritibilidade para crimes que possuem natureza especialmente grave: o racismo e a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Da mesma forma, outros crimes de mesma natureza, como aqueles que constituem graves violações de direitos humanos, podem ser considerados imprescritíveis com base na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, interpretada à luz da jurisprudência desta Corte sobre a matéria²⁴, sem que isso represente qualquer afronta ao texto constitucional. Esse entendimento vem, inclusive, sendo adotado em certas instâncias do judiciário brasileiro em inúmeros casos, como por exemplo na ação penal relativa ao presente caso.

Portanto, é necessário que os tribunais superiores realizem o controle de convencionalidade e adequem seus entendimentos às decisões desta Corte Interamericana²⁵, como outros órgãos do Estado brasileiro já fizeram anteriormente. O Conselho Nacional de Justiça, entidade que tem como função “aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro”²⁶, e que vem, reiteradamente, participando

²¹ Supremo Tribunal Federal, *Extradução 1362/2017*, de Relatoria do Ministro Edson Fachin.

²² Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 600.851/2020*, de Relatoria do Ministro Edson Fachin. Pp. 9-10.

²³ Corte IDH. *Caso Barrios Altos Vs. Peru*. Mérito. Sentença de 14 de março de 2001. Série C No 75. Par. 41.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ Corte IDH. *Caso Barrios Altos Vs. Peru*. Mérito. Sentença de 14 de março de 2001. Série C No 75. Par. 41.

²⁶ Conselho Nacional de Justiça. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos/>, último acesso em 04 de outubro de 2021.



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

em audiências perante esta Corte²⁷, afirmando sua vontade de atuar para promover o cumprimento dos parâmetros interamericanos pelos tribunais brasileiros pode assumir um papel de protagonismo nessa tarefa, abrindo espaços de diálogos para que os tribunais superiores enfim reconheçam definitivamente que a prescrição não pode ser utilizado como instrumento de perpetuação da impunidade em casos de graves violações de direitos humanos.

Diante das decisões do Supremo Tribunal Federal acima descritas, entendemos que a retomada da tramitação da PEC No 14 seria a medida mais adequada para o cumprimento do presente ponto resolutivo, não só porque daria origem a uma norma de *status* constitucional, que provavelmente não teria sua validade questionada com base no atual entendimento do STF, mas também porque o conteúdo da PEC estava de acordo com o determinado por esta Honorável Corte na sentença do presente caso, diferentemente dos projetos de lei citados pelo Estado em seu relatório, como já exposto neste relatório.

Considerando o acima exposto, as representantes verificam que não se cumpriu a medida prevista no Ponto Resolutivo 11 da sentença deste caso, tendo em vista que o ordenamento jurídico brasileiro permanece possibilitando a aplicação da prescrição para os delitos de escravidão e suas formas análogas. Desse modo, as petionárias instam o Estado a continuar atuando de forma diligente para cumprir com a integralidade desta obrigação e solicitam a esta Honorável Corte que prossiga supervisionando o cumprimento deste ponto resolutivo.

²⁷ Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Audiencia pública de Supervisión de Cumplimiento del Caso Favela Nova Brasília Vs. Brasil*. 48:41-1:00:11. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QBhpuJIIRoE>, último acesso: 04 de outubro de 2021; Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Audiencia Pública Conjunta. Casos Gomes Lund y otros y Herzog y otros Vs. Brasil*. 57:40-1:06:20. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3apPAZ2d3Xs>, último acesso: 04 de outubro de 2021; Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Asuntos de la Unidad de Internación Socioeducativa, Complejo Penitenciario de Curado....* 1:28:00-1:38:46. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ob0F7C7BkVo>, último acesso: 04 de outubro de 2021; Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Audiencia Pública de Supervisión de Cumplimiento del Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil*. 1:05:12-1:10:22. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3jb6uM2NJE>, último acesso: 04 de outubro de 2021.



IV. Petítório

Pelas razões acima expostas, as representantes das vítimas respeitosamente solicitam a esta Honorável Corte Interamericana que:

PRIMEIRO: Considere por apresentado esse escrito em tempo e forma e incorpore-o aos autos deste processo internacional para os efeitos correspondentes.

SEGUNDO: Considere como pendentes de cumprimento todos os pontos resolutivos citados pelo Estado e continue o processo de supervisão de cumprimento das medidas de reparação respectivas.

Atenciosamente,

Xavier Plassat CPT	p/Viviana Krsticevic CEJIL	p/Gisela De León CEJIL
p/Helena Rocha CEJIL	Lucas Arnaud CEJIL	